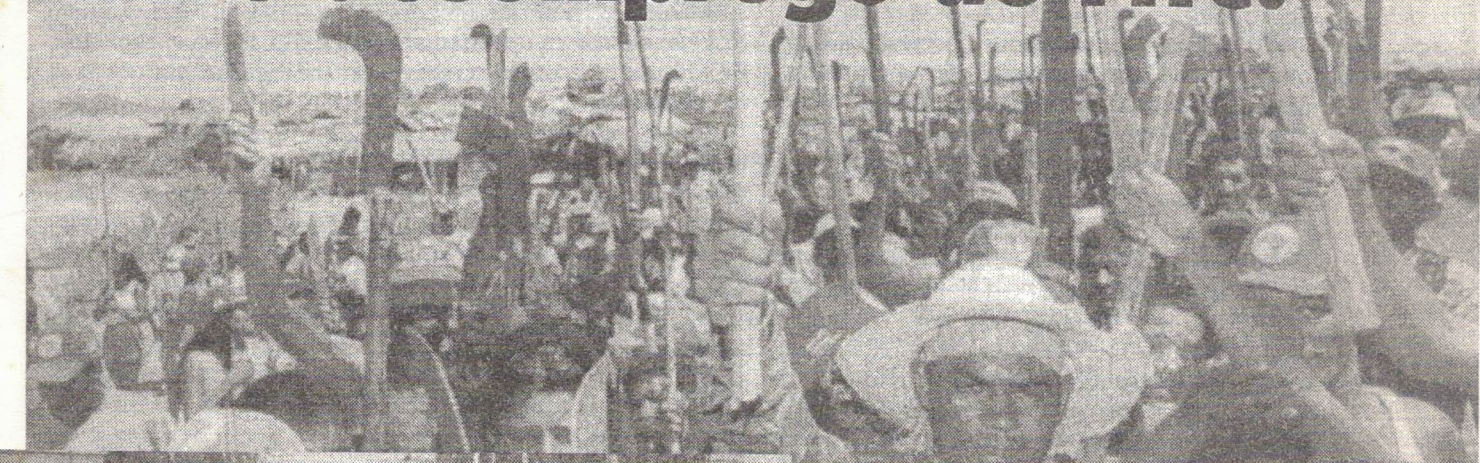


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 152 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1998 - R\$ 1,00

**Nada de ficar faminto diante
das riquezas dos capitalistas!
Todo apoio aos saques!
Pôr abaixo o Plano de Fome
e desemprego de FHC!**



**Unificar as greves
da educação!**

**O eleitoralismo é veneno
para as lutas das massas.**

**Rechacemos a frente eleitoreira
de colaboração de classes.**

**Por uma Frente
Única Antiimperialista**

GREVE GERAL PARA DERROTAR O PLANO DE FHC!

QUINZENA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Pessoal da Wal-Mart pára e exige adicional

Trabalhadores das lojas Wal-Mart, no centro de Osasco, cruzaram os braços no dia 25.04, das 8h às 14h, para exigir adicional de 100% nas horas extras feitas aos domingos. Reivindicaram também o fim das demissões por justa causa, que as empresas aceitem atestado médico fornecido pelo convênio e estabilidade para os portadores de doenças. O objetivo do patrão é encher o bolso de dinheiro às custas do suor dos trabalhadores, mas estes sabem muito bem como barrar a ganância dos sanguessugas.

Ferrovários da CPTM fazem protesto

Os funcionários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) fizeram protesto, atrasando em cinco horas o início da circulação das composições na segunda-feira (04/05). O protesto foi seguido de uma passeata pelas ruas do centro da cidade. O mesmo se repetiu na terça, com uma hora a mais de atraso. O movimento foi contra a decisão da empresa, que entrou com pedido de dissídio coletivo no TRT, com a pretensão de não conceder reajuste aos funcionários e de acabar com todas as cláusulas sociais de acordo coletivo.

Os 5.300 trabalhadores reivindicam também 15% de reposição e 5% a título de produtividade e participação nos resultados, além de acréscimo no salário-base dos valores referentes a tíquete-refeição, cesta básica e plano de saúde.

Operários demitidos da Brasinca ocupam fábrica e obrigam patrão caloteiro a pagar as indenizações

Um grupo de 50 operários da Brasinca, na unidade localizada na Vila Livieiro, decidiram em assembleia ocupar a fábrica para obrigar o patrão a fazer as homologações dos 203 demitidos sem ressalvas para que os mesmos pudessem exigir seus direitos na Justiça do Trabalho.

O patrão caloteiro não queria pagar as verbas rescisórias e ainda pretendia pôr nas guias do FGTS o código 02, que configura justa causa, ou pedido de demissão, ou motivo de força maior, e com isso os operários não poderiam sacar o Fundo de Garantia e ainda corriam o risco de perder a ação judicial.

A Brasinca foi obrigada a fechar um acordo com os operários, que decidiram em assembleia continuar com o acampamento em frente à fábrica até que o acordo fosse cumprido pelo patrão caloteiro. Os operários sabem que só através de seus próprios métodos (ocupação de fábrica, greve etc.) conseguem arrancar dos patrões suas reivindicações e mostrar quem realmente produz.

Motoristas fizeram protestos nos dias 11 e 12/05 e caminham para a greve geral da categoria

Motoristas e Cobradores da capital pararam suas atividades por uma hora nos terminais do Parque Dom Pedro, Praça das Bandeiras, Cachoeirinha e Barra Funda.

A categoria, estimada em 55 mil trabalhadores, reivindica 19,92% de reajuste e tíquete-refeição de 8 reais, além de redução da jornada de trabalho de 7h10min para 6h40min diárias e plano de saúde específico. Está em discussão também a implantação das catracas eletrônicas que ameaçam 22 mil empregados na capital. Marcou-se nova assembleia para o dia 13, que poderá deliberar sobre paralisação por tempo indeterminado. Porém, para que a greve seja vitoriosa, é preciso romper com a política de negociação levada a cabo pela direção do Sindicato, que ilude os trabalhadores de que é possível negociar com o patrão melhorias nas suas condições de vida na atual fase de putrefação do capitalismo. Essa política é traidora e só serve para atrasar o combate a ser travado pelos trabalhadores pela sua libertação do jugo do capital.

Metroviários e funcionários da SABESP decidem fazer passeata juntos

Metroviários, em assembleia, decidiram e fizeram passeata em conjunto com os funcionários da SABESP, que também estão em campanha salarial, no dia 11/05. Os 8.000 metroviários reivindicam 11,53% de reajuste salarial, 5,22% de reposição de perdas e produtividade. Nova assembleia decisiva acontece dia 14 na estação da Sé do metrô, onde a greve da categoria poderá ser decretada.

Já os trabalhadores da SABESP realizarão assembleia para avaliar o rumo das negociações e confirmar o indicativo de greve. O principal ponto reivindicativo está relacionado com a manutenção do emprego, pois a SABESP hoje está com uma defasagem de aproximadamente 1.500 funcionários e a empresa ainda quer demitir mais 460 até maio do ano que vem. Reivindicam também reajuste salarial e abertura de concurso público e atualização do plano de carreira, além de atualização do piso salarial da categoria, que hoje é de 225 reais (servente e praticante de escritório).

Funcionalismo Público

Professores entram em greve na Escola Paulista de Medicina

Os docentes da Escola Paulista de Medicina-Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) estão em greve por tempo indeterminado. Das 52 instituições federais de ensino superior do País, 51 estão com as atividades paralisadas num total de 41 mil trabalhadores em greve. A greve dos professores vem fortalecer ainda mais a greve dos trabalhadores administrativos (não docentes) da Escola Paulista de Medicina, que já está há mais de um mês parada. A categoria reivindica 48,65% de reposição das perdas salariais acumuladas desde janeiro de 95, mais verbas para as universidades.

Previdenciários

Os previdenciários de todo o país participaram de uma plenária nacional da categoria realizada no Sindicato dos Químicos de São Paulo, onde definiram a data indicativa de greve da categoria que foi definida para os dias 15 e 18 deste mês.

Nacional



Os funcionários da Justiça Federal, após uma greve que durou 17 dias no mês passado, estão se organizando para retomá-la ainda este mês, desta vez com maior força e em nível nacional. O governo retirou gratificações dos funcionários que, em alguns casos, chegou a 50% dos salários. Os servidores também lutam contra os ataques do governo ao funcionalismo e demais trabalhadores. Para romper o isolamento que caracterizou a última greve, é preciso ter como bandeira a unidade de todo o funcionalismo, num único movimento para derrotar o plano de fome e miséria de FHC em seu conjunto.

Os Professores estaduais estão em greve por tempo indeterminado. A greve teve início dia 08/05, após uma assembléia no dia 30/04, que contou com a participação de aproximadamente 20 mil professores. A greve tem por objetivo principal barrar a intenção do governo de demitir no final do ano 130 mil professores não concursados, os ACTs. A demissão de milhares de professores é parte do plano do governo de destruição do ensino público no país, obedecendo às determinações do Banco Mundial e deve ser combatida com todas as forças, não só pelos professores, mas por todos os trabalhadores.

Nacional

Unificar os trabalhadores em torno de um plano de reivindicações e contra o governo antinacional e antipopular de FHC

O mês de maio começou marcado por mobilizações setoriais dos explorados. Os camponeses flagelados no Nordeste lançaram-se aos saques. Bloqueiam estradas, invadem cidades e se apropriam dos alimentos. O MST realiza novas ocupações e os fazendeiros apregoam a resposta armada. Estão expressando a crise social no campo.

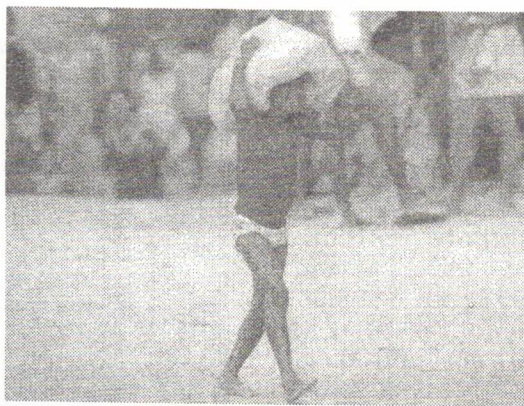
Em São Paulo e Rio de Janeiro, os camelôs se confrontam com a repressão policial. Saem às ruas e ameaçam saquear o comércio. Os professores das Universidades federais estão há quase cinquenta dias em greve. Os professores estaduais paulistas acabam de decretar greve contra as demissões provenientes da reforma educacional do governo. Condutores, metroviários, trabalhadores da Sabesp estão em campanha contra o rebaixamento salarial e defesa do emprego. Nas fábricas, continuam a existir greves isoladas devido a atrasos salariais, demissões etc.

Todos esses movimentos formam parte da crise social mais geral provocada pela decadência do capitalismo e ampliada pela política econômica antinacional e antipopular do governo. A fome e a miséria começam a se manifestar em forma de pressão popular contra o freio imposto pela burocracia sindical. A defesa e a mobilização pela unidade das lutas são essenciais para projetar o movimento de resistência dos trabalhadores.

Trata-se de colocar na ordem do dia uma plataforma comum de mobilização do conjunto dos explorados. As manifestações por si só indicam quais as preocupações mais emergenciais da classe operária, dos camponeses e demais oprimidos. São elas:

1) Enfrentar a fome; 2) Responder ao crescente desemprego; 3) Reagir ao rebaixamento salarial; 4) Conquistar a terra; 5) Defender a saúde e educação públicas; 6) Destruir a reforma entreguista e antipopular do governo.

A CUT e organizações populares farão uma nova manifestação em Brasília (dia 20 de maio). Entregarão uma



Menino faminto matará sua fome. Até quando?

plataforma de reivindicações ao governo. A experiência mostra que não bastam caravanas a Brasília, atos públicos e entrega de petições. É necessário agir pela real unidade dos explorados em todo o país, tendo por método a ação direta. Está colocada a tarefa de organizar a greve geral contra a fome e o governo pró-imperialista. Um caminho dessa organização é convocar assembléias sindicais e populares por toda a parte, discutir a plataforma de reivindicação com as bases e constituir os comitês em todo lugar.

Uma ação dessa natureza dará confiança à classe operária em assumir a liderança das lutas. Sabemos que a burocracia sindical não tem interesse em seguir esse caminho. O mesmo acontece com os politiquês do reformismo que se preparam para a campanha eleitoral. Cabe ao setor mais avançado das lutas tomar a iniciativa e combater os desvios burocráticos e eleitoralistas.



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Governo impõe idade mínima para aposentadorias

Reforma da Previdência o governo teve uma derrota na votação da idade mínima para aposentadoria. O pretenso "erro" do deputado Kandir por si só não explica a derrota governamental. A causa real está na ausência

de dezenas de parlamentares governistas. Estes não compareceram pois pretendem que o governo estabeleça claramente quem está negociando as votações (liberando verbas, pagando as propinas etc.). Com a morte dos dois principais negociadores, os parlamentares querem

restabelecer a "ligação" com os cofres públicos. As negociações que ocorrem no Congresso a respeito mostram que tudo não passou de um jogo de cena para pressionar o governo rumo à negociação.

A rejeição do texto original levou o governo a agir. Primeiro, apresentou uma interpretação, balizada por juristas, de que a rejeição do texto governista criava um limite de idade ainda maior para a aposentadoria. A seguir, conseguiu impor a votação dos 53 anos, que formalmente está em contradição com o texto aprovado anteriormente.

Como se vê, o parlamento se submete às imposições ditadas pelo imperialismo ao país. Desde que se

libere as verbas e as propinas, é claro.

Destaca-se o papel do reformismo no caso, pois insiste em sua política de reformar as emendas governistas. Ao votar e tentar aperfeiçoar as reformas neoliberais, compromete-se com elas. Ao invés de chamar a luta pela derrubada integral do plano, põe-se a "melhorá-lo". A ponto de cair numa cilada jurídica como a da interpretação sobre o texto aprovado na Câmara, se ele estendia a idade para a aposentadoria ou não.

Cabe rechaçar essa conduta conciliadora e derrotista, e defender a luta direta, nacional e unitária, pela derrubada integral das reformas antinacionais e antipopulares de FHC.

Nacional

Em defesa dos saques

Os saques são reflexo do agravamento da crise social no nordeste. As verbas para o combate limitado à seca foram cortadas pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), para sustento do Plano de FHC. Sem verbas e com a seca, a situação dos miseráveis se agravou. Os saques são expressão de uma necessidade de sobrevivência, que gera tamanha pressão social que até mesmo setores da Igreja e a direção reformista do MST são obrigados a apoiá-los.

A reação do governo foi dura: chamou à reunião do Conselho de Segurança regional do Nordeste para indiciar as lideranças do MST, mandou tropas do exército para as regiões mais afetadas e tem feito campanha contra os saques. O perigo visto é a disseminação do método da expropriação pelo país, como já ocorreu em São Paulo, nas manifestações dos camelôs. A Igreja prontamente se colocou por contornar o problema atuando para que o assistencialismo e a cari-



E preciso ir além dos saques: organizar a luta nacional contra a fome e o desemprego.

dade fossem colocados a serviço de conter a onda de saques.

As campanhas de assistencialismo, encabeçadas principalmente pela Igreja, são no fundo contra os saques. Quando pedem doações, tiram dos assalariados para dar aos miseráveis, deixando a riqueza intocada. E favorecem o governo que, com sua política, é o maior incentivador da miséria e fome.

Contra essa demagogia apodrecida, defendemos que os trabalhadores e suas famílias não passem fome. Que vão sim aos ricos e ao governo e os expropriem, para comerem. Os estoques do governo estão abarrotados de alimentos, mais que suficientes para

alimentar os 10 milhões de famintos. São utilizados para garantir e regular os preços dos alimentos, em benefício dos latifundiários e dos especuladores. Muitas toneladas desses alimentos chegam a apodrecer nos armazéns, enquanto milhões passam fome.

Que os camponeses e sem-terra não se detenham aí: o POR defende que ninguém deve morrer de fome, por isso devemos apoiar a organização dos saques, mas não só isso: trata-se de, além dos saques, organizar a luta contra a fome e o desemprego, combater o Plano antinacional e antipopular de FHC.



O destino do PT

A decisão da Convenção Estadual do PT do Rio em lançar candidatura própria, contrariando o acordo nacional com o PDT, despertou ilusões em uma parcela da esquerda. "O Trabalho" fez um apaixonado relato da vitória de Vladimir Palmeira e levantou a bandeira "Lula presidente, Vladimir governador". O PCO estampou seu entusiasmo com a interpretação de que as bases manifestaram uma tendência de luta, votaram em Vladimir por estarem contra a aliança nacional com o PDT. O PSTU prometeu apoio à candidatura de esquerda no Rio. Tais manifestações desconhecem o real destino do PT, que é o de patrocinar uma frente burguesa opositora, já demonstrado em eleições passadas.

A cisão no Rio não tem nada de pressão das bases para o PT romper a aliança nacional. Representa não mais que um choque de interesses eleitorais em âmbito regional. É evidentemente absurda a conclusão de que a votação da parcela majoritária da Convenção do Rio em Vladimir indica uma tendência política de ruptura com o frentepopulismo por uma parte do PT. Mesmo as correntes mais à esquerda internas ao PT não travaram e não travam uma luta à morte contra a aliança frentepopulista. Capitulam diante da estratégia PT/PDT de constituir um governo de acordo com a ordem econômica capitalista, quando muito de tinturas nacionalistas.

Todos se perfilam em torno da bandeira de um "governo democrático e popular", que não atenta contra o Estado e a democracia burguesa. Todos se apóiam no eleitoralismo como método para modificar o atual governo. E todos têm algum compromisso com a burocratização dos sindicatos cutistas. A unidade de todos diante da candidatura de Lula, não importando se esta representa ou não o fortalecimento da política de colaboração de classes, demonstra os elos de compromisso criados entre as várias facções de esquerda com o reformismo e com o eleitoralismo.

É claro que a crise do Rio indica o andamento de uma cisão, que poderá demorar mais ou menos. Mas esta será progressiva se se der sobre a base de um rechaço ao programa pró-capitalista, ao democratismo, ao eleitoralismo, ao frentepopulismo e assumir a tarefa de constituir o partido revolucionário. Não é o que se passa com as tendências em choque em torno da crise do Rio. Todas elas continuam soldadas ao caudilhismo

lulista e ao eleitoralismo da frente popular.

A denominada base do PT não interfere no curso político-organizativo do PT, totalmente burocratizado e controlado por camarilhas ao estilo dos velhos partidos burgueses oligárquicos. A base é arrastada pelo ilusionismo eleitoral, promovido pelo reformismo e pela burocracia sindical. A presença de Brizola no sindicato metalúrgico do ABC, aplaudido pelas bases nos seus elogios a Lula, mostra exemplarmente a arregimentação de uma parcela do operariado por detrás do frentepopulismo. Este ato de constituição da aliança PT/PDT, circundada pelo estalinismo (PCdoB), revelou a tarefa do petismo de manter o proletariado e demais explorados sob as asas da política burguesa, muito bem encarnada por Brizola.

Não é que a aliança com o PDT mudou substancialmente a configuração do PT. Nas eleições anteriores, constituiu a Frente Brasil Popular com o PSB, também dirigido por um caudilho (Arraes) ligado à oligarquia pernambucana. O posto de vice-presidente de Bisol, ao lado de Lula, expôs todo direcionamento do PT em se aliar com partidos da ordem capitalista. A presença de Brizola apenas confere um maior grau de adaptação do PT à política eleitoral do sistema



burguês. Se houvesse uma ruptura por parte do PMDB com a aliança governamental, era possível que a posição majoritária do PT caminhará para a tal da frente ampla, apregoada pelo PCdoB, PSB e pela ala hegemônica do PT. A discussão dessa possibilidade foi um fator de demora no lançamento da candidatura Lula.

Ao mesmo tempo em que Lula defendia a "candidatura de centro-esquerda", que poderia vir do PMDB, as esquerdas internas e externas ao PT, entre estas últimas salvo exceção, fa-

ziam campanha pela candidatura Lula, como se a presença do caudilho aburguesado fosse um fator classista de contradição. Tais correntes mal esconderam seus liames com o reformismo e com o eleitoralismo.

Agora, pretendem fazer crer que a crise do Rio indica uma mudança qualitativa das bases do reformismo, como se deslocassem para uma posição de independência diante da política de aliança com o PDT. Nesse exato momento, a direção do PT decidiu por anular a Convenção do Rio. E ninguém duvida que a Convenção Nacional de fins de maio homologará a anulação. E o que farão os dissidentes do Rio? Tudo indica que apenas espernearão em torno da legitimidade e logo se acomodarão em torno da disputa presidencial, pois seu horizonte político não vai além da candidatura Lula.

A desautorização da candidatura de Vladimir está na razão direta

Nacional



do empenho da direção petista em conduzir o partido à mais ampla integração no Estado burguês. O que quer dizer combater o método da ação direta do proletariado e se possível esmagar aqueles que esboçam o menor gesto de política revolucionária. O destino do PT de servir à burguesia está selado.

É correta a política eleitoral do PSTU?

O PSTU acabou lançando candidatura própria para Presidente da República. O que mudou sua posição anterior de integrar e apoiar a frente-popular. Pelo menos em sua forma, é um passo progressivo, já que rompe formalmente com a frente eleitoral burguesa. Entretanto, nada indica que se autocriticou quanto ao seu apoio anterior à frente-popular.

O fato do PDT compor a frente e Brizola sair como vice não muda a essência da frente eleitoral anterior, que já contava com o PSB de Arraes. Apenas expôs com mais evidência a política colaboracionista do reformismo, oposta aos interesses do proletariado. É tal evidência que impossibilitou o PSTU de manter a linha anterior. Seus militantes de base não poderiam assimilar qualquer presença ao lado do PDT, principalmente depois das experiências com a repressão do governo de Brizola no Rio contra o movimento sindical.

Mas tomando a

questão do ponto de vista de classe - e esse critério é fundamental na tática frentista - não é admissível a proposição: uma frente com o PSB é aceitável, mas não o é com o PDT. Ou então, um vice do PSB, como Bisol é palatável, mas não o é Brizola. Mas o PSTU dirá que o problema também se refere ao programa. Sabemos disso porque é parte de sua Carta ao PT. Também esse critério não é válido. O programa de 93 é tão burguês quanto o atual, apenas um pouco menos descarado. Em artigo anterior analisamos esse aspecto.

Um outro elemento que mostra a formalidade da ruptura do PSTU com o frentepopulismo foi toda sua campanha em torno da candidatura de Lula, quando este batalhava para que o PT constituísse uma frente ampla, englobando o PMDB e atraindo capitalistas peso-pesados como Antonio Ermírio de Moraes. Depois que esgotou sua campanha dirigida ao PT por uma frente de esquerda, o PSTU passou a defender alianças regionais com o reformismo. Observem como o PSTU acaba por reproduzir a mesma conduta do PT, do PCdoB e de todos partidos burgueses.

Esse é o raciocínio: se não é possível a aliança nacional, isso não interfere na aliança regional. O que isso significa? Significa que o PSTU acoberta o papel reacionário do PT de colocar uma parte da classe operária, dos camponeses e demais explorados por detrás de uma política pró-capitalista, materializada na forma da

frente PT/PDT/PSB/PCdoB. E que o PSTU participa nas eleições com a mesma orientação eleitoralista do reformismo, sendo que no caso de uma corrente que se diz revolucionária reflete o oportunismo.

Imaginem o PSTU contra a frente encabeçada por Lula/Brizola, PT/PDT, mas coligado regionalmente com o PT. Uma intervenção revolucionária nas eleições não é compatível com tal ambiguidade, que no fundo joga a favor da frente popular. A política revolucionária nas eleições, portanto marxista, prima por defender a independência de classe do proletariado e por defender o programa da revolução proletária.

Concretamente, na atual circunstância, essa tarefa implica rechaçar terminantemente a frentepopular, em cujo centro está o PT. E não para disputar voto, como dizem os reformistas, no campo da esquerda ("democrático-popular"). Mas sim para expôr o programa proletário e defender o método da revolução social. Essa linha não terá como ser desenvolvida senão em aberta contraposição a todas variantes da política burguesa, que incluem a frentepopular PT/PDT. O chamado do PSTU de constituir acordos regionais com o PT é a negação da luta pela independência de classe do proletariado. Do ponto de vista da política marxista, não se pode dizer que a política eleitoral do PSTU seja correta. É oportunista.

Frente à estagnação econômica e ao desemprego crescente: escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção

Os dados do último trimestre mostram que a estagnação econômica domina os principais ramos da produção. E o desemprego continua em alta. A crise mundial capitalista se reflete poderosamente sobre o Brasil. A política econômica do governo pró-imperialista descarrega as consequências da desagregação econômica sobre as massas.

A burocracia sindical e o reformismo vão se adaptando cada vez mais às pressões da burguesia nacional e internacional, desarmando a CUT e os sindicatos. Desenvolve-se a idéia de que o desemprego é inevitável e que se trata de conquistar algumas migalhas para a massa de desempregados continuar viva.

Rebatemos essa orientação perniciosa para a luta dos explorados. Sim, há saída para a situação social catastrófica. Ela está na organização do movimento revolucionário do proletariado contra a burguesia e seu Estado. Esta responde a desintegração econômica e ao desemprego maciço com a bandeira da escala móvel das horas de trabalho, que significa dividir o total de horas nacionalmente trabalhadas pelo conjunto de trabalhadores que constitui a força ativa do país. E com a luta pelo controle operário da produção, que significa colocar as fábricas nas mãos da classe operária, como um passo no combate pelo fim do capitalismo.



Sobre a Declaração Política das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo - Farc-EP

A Comissão Internacional da Farc, presente nos debates dos 150 Anos do Manifesto Comunista, distribuiu uma declaração que merece um posicionamento. Começa denunciando o governo pró-imperialista e antipopular de Samper, que tem praticado o terror de Estado contra as massas e alimentado os grupos fascistas paramilitares, responsáveis por centenas de assassinatos. Em seguida, a Declaração denuncia o parlamento corrompido e submisso ao governo terrorista de Samper e narcotraficante. Por outro lado, assinala o desenvolvimento das lutas sociais, ainda que sob a mais ferrenha repressão.

Mas qual é o objetivo de tais denúncias? É o de lançar, em 1998, o "Movimento Bolivariano Pela Nova Colômbia". E qual é o seu conteúdo? É o de "contribuir à organização e luta dos colombianos por uma pátria generosa e democrática, que terá como Plataforma de luta 10 pontos para um governo de Reconciliação e Reconstrução Nacional".

Como a Farc pretende conduzir o "Movimento Bolivariano"? Defende "realizar encontros das Farc com representantes da sociedade que conduzam aos diálogos com os poderes do Estado". E termina a Declaração com uma condição: "Qualquer processo que se inicie deve ter como tarefa a concretização de uma Assembléia Constituinte que modifique, na Colômbia, as relações de poder em favor dos setores populares".

Estamos de acordo em denunciar as atrocidades do governo Samper e organizar a campanha internacional contra o terrorismo de Estado. Mas não estamos de acordo com o conteúdo estratégico da Declaração.

A bandeira de Governo de Reconciliação e Reconstrução Nacional é de conteúdo de classe burguês. A reconciliação só pode ser entre classes. Os camponeses e proletários que suportam a exploração, a miséria e o terror de Estado estão em choque com a burguesia e seu Estado, e não simplesmente contra um determinado governo, no caso Samper. A declaração de "unidade dos colombianos pela paz" é uma posição de capitulação da guerrilha à democracia burguesa. Não pode haver paz onde há opressão de classe. Não pode haver unidade dos colombianos onde a maioria passa fome, os camponeses perdem suas terras, as nacionalidades índias são esmagadas e os operários não têm emprego.

Sem dúvida, a Farc está demonstrando esgotamento depois de anos de guerra de guerrilha. Seria compreensível que se utilizasse de bandeiras democráticas para atrair a atenção das

massas, que não estão organizadas para se levantarem em armas, com o método próprio insurrecional do proletariado. Mas o que a Farc faz é propor ao Estado e, portanto, à burguesia, um governo de conciliação e reconstrução nacional, aproveitando o fim do mandato de Samper e apontando para a institucionalização das Farc.

Esse caminho foi trilhado por outras organizações guerrilheiras, que não puderam superar o isolamento das massas e seu foquismo terrorista, a exemplo da Frente Farabundo Martí, em El Salvador. A guerrilha foquista se caracteriza por não constituir o partido revolucionário. Portanto, não se guia pelo programa proletário. Via de regra expressa o desespero do campesinato pisoteado pela oligarquia. Assim, sua orientação se prende às bandeiras democráticas e nacionalistas. Não tem por estratégia o governo operário e camponês, encarnação da ditadura do proletariado.

Isso explica a virada da luta armada foquista para o democratismo eleitoral. A estratégia de reconciliação e reconstrução nacional é antagônica à luta do proletariado pelo poder do Estado e pela destruição do domínio econômico da burguesia.

Na Colômbia, como em outras partes do mundo, temos presente a crise de direção revolucionária, devido à ausência do partido marxista-leninista-trotskista. A posição da Farc de se integrar na ordem democrática sob a bandeira do governo de reconciliação não faz senão demonstrar extremadamente esse fenômeno histórico. As experiências frustradas com o foquismo, que não vai além do democratismo e nacionalismo pequeno-burguês radical, obrigará a vanguarda a se dirigir para a construção do partido operário revolucionário.

O zapatismo no Brasil

Um porta-voz dos Zapatistas, que também esteve no Brasil, em função da comemoração dos 150 anos, teve o mérito de narrar e explicar o surgimento e os problemas vividos pela guerrilha. Mostrou como o governo mexicano, refém do imperialismo norte-americano, não tem outra saída senão aprofundar a repressão militar aos camponeses e operários. Por outro lado, relatou a importância do crescente apoio internacional, dando exemplos vindos da França, Itália etc. Apoio não só político, de denúncia das chacinas e repressões militares, como também material. Citou o caso de uma usina doada por organizações francesas.

De outro lado, explicou que os Zapatistas tiveram e têm o mérito de de-

envolver um poder paralelo ao Estado e que não é objetivo de sua política se integrar na instituição burguesa. Esta colocação nos pareceu contrária a outras colocações do movimento Zapatista, reclamando a democratização do Estado burguês.

Mas o que o porta-voz do Zapatismo não explicou é seu posicionamento frente à necessidade de constituir o partido do proletariado. Sem que se enfrente essa tarefa, qualquer movimento estará limitado às reivindicações e tarefas democráticas circunscritas ao regime capitalista. A luta antiimperialista, de defesa das nacionalidades índias e de conquista camponesa da terra contra a oligarquia latifundiária são tarefas democráticas claramente colocadas no capitalismo semicolonial do México e assumidas pelos Zapatistas.

Entretanto, nenhum movimento, por mais radical que seja nos seus métodos, como o da guerrilha, que no caso Zapatista conta com a presença da população índia-camponesa, poderá levar a bom termo a luta democrática se não estiver guiada pelo partido do proletariado. A razão está em que as conquistas democráticas só poderão se dar no âmbito da revolução proletária.

Essa nossa colocação de forma alguma implica em restrição à campanha dos Zapatistas quanto à defesa internacional das reivindicações camponesas e contra a guerra desfechada pelo governo mexicano. É necessário se fazer a defesa incondicional das reivindicações e se lutar contra a repressão governamental e paramilitar. Essa é também a posição do POR quanto ao MST.

Nacional



Sobre o materialismo

O materialismo dialético é parte constitutiva do programa partidário. Não se pode ser marxista sem dominar o materialismo dialético. Este implica em concepção e em método para se conhecer e transformar a realidade social. Como concepção, o materialismo corresponde à visão de que a matéria (realidade objetiva) precede a idéia. Portanto, visão oposta ao do idealismo em que a idéia precede a matéria.

Quanto ao método, a dialética permite conhecer a realidade e atuar sobre ela descobrindo suas leis de funcionamento (seu movimento). Diferencia-se do método metafísico que rompe as relações, desconhece as contradições e impossibilita se encontrar as leis internas aos fenômenos da realidade, por sua estaticidade.

Sem o materialismo dialético e histórico não seria possível a Marx e Engels revelarem todo o sistema de contradições do capitalismo e de outros modos de produção, bem como explicarem as transformações históricas através do choque das forças produtivas com as relações de produção e da luta de classes.

Em vários trabalhos, Marx e Engels se esmeraram em definir claramente o materialismo dialético. Um dos aspectos dessa definição diz respeito à luta contra o obscurantismo anti-científico da religião, qualificada "de ópio do povo". Reproduzimos algumas passagens do livro de Engels denominado "Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã". (Feuerbach foi um dos mais importantes precursores da concepção materialista do

mundo, assimilado criticamente por Marx e Engels. Sua principal obra é "A Essência do Cristianismo", publicada em 1841, na Alemanha).

Trechos escolhidos da referida obra

Materialismo e Idealismo

"(...) Enquanto, para o materialismo, a natureza é o único real, no sistema hegeliano ela representa somente a alienação da idéia absoluta, algo de semelhante a uma degradação da idéia; de qualquer modo, nesse sistema o pensar e o seu produto discursivo, a idéia, constituem o primário, sendo a natureza o derivado, aquilo que, no geral, só pode existir por condescendência da idéia".

"(...) Foi então que surgiu "A Essência do Cristianismo" de Feuerbach. Esta obra pulverizou de um só golpe a contradição, colocando de novo no trono, sem mais rodeios, o materialismo. A natureza existe independentemente de toda e qualquer filosofia; é a base sobre a qual cresceram e evoluíram os homens, que são também, em si próprios, produtos naturais; fora da natureza e dos homens nada existe, e os seres superiores forjados pela imaginação religiosa não são mais do que os reflexos fantásticos do nosso próprio ser".

"(...) O problema da relação entre o pensar e o ser, problema que, além disso, teve também grande importância na escolástica da Idade Média, o problema de saber qual é o primário, se o espírito ou se a natureza, esse problema apresentava, perante a Igreja, a seguinte forma específica: o mundo foi criado por Deus ou existe deste toda eternidade?"

Os filósofos, conforme a resposta que davam a essa pergunta, dividiam-se em dois grandes grupos: os que afirmavam o caráter primário do espírito sobre a natureza, admitindo portanto, em última análise, uma criação do mundo sob esta ou aquela forma (...), reuniam-se no campo do idealismo. Os outros, os que consideravam a natureza como primária, figuravam nas diversas escolas do materialismo."

Sobre a religião

"(...) A religião nasceu numa época muito primitiva, das idéias confusas, selváticas, que os homens formavam acerca das sua própria natureza e da natureza exterior que os rodeava.

Mas toda a ideologia, uma vez que surge, se desenvolve em conjunto com o material de idéias dado, desenvolvendo-o e transformando-o por sua vez; de outro modo não seria uma ideologia, isto é, uma elaboração de idéias, concebidas como entidades com existência própria, com uma evolução independente e apenas submetidas às suas leis próprias. Tais homens ignoram forçosamente que as condições materiais da vida do homem, em cujo cérebro se desenvolve esse processo ideológico, é que determinam, em última análise, o desenvolvimento de tal processo, pois que, se o não ignorassem, ter-se-ia acabado toda e qualquer ideologia. Portanto, essas representações religiosas primitivas, quase sempre comuns a um grande grupo de povos afins, evoluem, ao desagregar-se o grupo, de um modo peculiar em cada povo, de acordo com as condições de vida que lhe são dadas; e este processo manifestou-se detalhadamente na mitologia comparada de uma série de grupos de povos, principalmente no grupo ário (o chamado grupo indo-europeu).

Os deuses, assim modelados em cada povo, eram deuses nacionais, cujos reino não ia além das fronteiras do território que eram chamados a proteger, dado que, do outro lado, havia outros deuses indiscutíveis que detinham o poder. Tais deuses só podiam continuar a viver na mente dos homens enquanto existisse a sua nação, e morriam ao mesmo tempo que ela. Este crepúsculo das antigas nacionalidades resultou do império romano mundial, e não iremos aqui estudar as condições econômicas que determinaram a sua origem. Caducaram os velhos deuses nacionais e, inclusive, os romanos, que tinham sido feitos simplesmente à medida do padrão dos reduzidos horizontes da cidade de Roma; a necessidade de uma religião mundial que completasse o império mundial, revela-se com clareza nos esforços feitos para levantar altares e impor acatamento, em Roma, e junto aos deuses da cidade, a todos os deuses estrangeiros que merecessem um pouco de respeito. Mas não é assim por decretos imperiais, que se fabrica uma nova religião mundial.

Entretanto, a nova religião mundial, o cristianismo, fora nascendo secretamente, de uma mistura da teologia oriental universalizada, sobretudo da judaica, e da filosofia gre-



ga vulgarizada, principalmente da estóica. O aspecto que esta religião apresentava, nas suas origens, é o que se deve investigar pacientemente, pois que o seu cariz oficial, tal como nos é transmitido pela tradição, é apenas o que foi apresentado como religião do Estado, depois de adaptado para tal fim pelo Concílio de Nicéia.

Mas o simples fato de já com duzentos e cinquenta anos de existência ter sido elevada à religião do Estado, demonstra que era a religião

que se adaptava às circunstâncias da altura. Na Idade Média, a medida que se desenvolvia o feudalismo, o cristianismo assumia a forma de uma religião adequada a esse regime, com a sua correspondente hierarquia feudal. E, ao aparecer a burguesia, produziu, lateralmente ao catolicismo feudal, a heresia protestante, que teve sua origem no sul da França, com os albigenses, coincidindo com o apogeu das cidades daquela região. A Idade Média anexou a Teologia, e converteu em seus

apêndices todas as restantes formas ideológicas: a Filosofia, a Política, Jurisprudência. Obrigava assim todo e qualquer movimento social e político a revestir-se de uma forma teológica; para os espíritos das massas, exclusivamente alimentados de religião, era imprescindível apresentar os seus próprios interesses envergando a roupagem religiosa, para se conseguir levantar uma grande tormenta (...).

Fortaleza - CE

A política da burocracia do PSTU na direção do sindicato dos trabalhadores da Construção Civil em Fortaleza

Enquanto os empresários da Construção Civil se regalam com o que chamam de "o ano dourado da Construção Civil", em meio a mais uma campanha salarial promovida pela direção do sindicato (maioria PSTU) os trabalhadores se vêem prejudicados com a política frente-eleitoreira e oportunista dessa direção.

Nos canteiros de obras e assembleias, os operários exigem e esperam a greve contra a política do governo pró-imperialista de FHC, que impõe um salário de fome e as condições mais miseráveis a cada dia. Em contrapartida, o PSTU, nas reuniões do comando da campanha salarial e nas assembleias, são ferozes defensores do Não à Greve, em troca dos mais vergonhosos acordos com os patrões.

Queremos chamar a atenção que não é só o PT que é contra as greves, mas o PSTU também joga o papel de freio. Essa atitude já se cristalizou na Construção Civil da região metropolitana de Fortaleza. E entendemos que essa não é uma política isolada desse partido. Trata-se de um reflexo da adaptação do centrismo esquerdista à democracia burguesa (eleitoralismo) e ao aparelhismo sindical.

Vergonhoso é dizer que foi o resultado do acordo coletivo deste ano: R\$ 8,00, diante dos fabulosos lucros do empresariado do setor nesse período. Lembrando-se que, no ano passado, a mesma direção sindical evitou a greve em troca de um acordo que em

nada favoreceu a categoria.

Paralelo a isso, "as pesquisas registram que vem se intensificando a demanda e se registrando um crescimento acelerado nos últimos anos. (...) O Sindicato dos empresários de cimento registrou em 1997 10% a mais da produção que em 1996; apenas neste ramo o crescimento acumulado foi de 50%. Em outros setores 11% (Anamacó - PVC, tubos e conexões), 20% (Viapol - Colúmbia - Alvorada), 26% (Secovi - compra, venda, locação e administração de imóveis), 50% (Cataldo e Performance), 80% (Porpam Argamassas) a mais do que no ano anterior, e em outros os resultados ainda estão sendo contabilizados. (...) Neste ano eleitoral, só os governos estaduais devem gastar mais de R\$ 10 bilhões nesse ramo. O governo federal deve injetar mais de R\$ 11 bilhões só em 1998, enquanto o Bank-Boston, para 1999, deve destinar R\$ 400 milhões, 4 vezes mais que em 1998." (Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, março de 1998).

No entanto, a direção atual do sindicato (PSTU/PT-OT) faz um estardalhaço no início da Campanha Salarial, defendendo um piso salarial de R\$ 230,00, que sequer atende às mais elementares necessidades básicas dos trabalhadores, e fecha um acordo vergonhoso com os patrões de R\$ 183,00. Ainda defendem na convenção coletiva o aumento da jornada de trabalho sem ser

acompanhado do aumento do salário (trabalho aos sábados, 4 dias com 9 horas de trabalho etc.). Acrescente-se a isso as péssimas condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores desta categoria, pois os patrões (diante de uma direção sindical centrista e vacilante) não cumprem os direitos trabalhistas. Portanto, obrigam-nos a trabalhar sem cesta básica, sem proteção e o fardamento necessário, em feriados etc. Somando-se ainda as novas medidas da reforma de FHC (Contrato temporário de trabalho, sem direito a carteira assinada, férias, 13º, aviso prévio, recolhimento reduzido do FGTS de 8% para 2%). Ainda é preciso que se diga que, segundo as pesquisas recentes do IBGE, que registrou o maior índice de desemprego no país desde maio de 1994, a construção civil apresentou o maior crescimento do número de desempregados, passando de 8,1% em fevereiro para 9,27% em março (jornal O Povo, 30/04/98). Essa é a chamada política de flexibilização do governo, tão tolerada pela esquerda petista e reformista em geral.

A mesma atitude constatamos na direção do sindicato da Construção Civil. Se os trabalhadores dependerem de tais direções, morrerão de fome. Essa situação nos coloca constituir uma direção que faça do sindicato um instrumento de combate anticapitalista.



A greve dos professores

A greve da rede estadual de ensino iniciou no dia 8 de maio, após a realização de um grande ato na Assembléia Legislativa (dia 28/4) contra a imposição de um decreto, que demite os professores ACTs no final do ano letivo.

O decreto 42965, complementa a Lei 500 que regulamenta a contratação de professores. Através dele 120 educadores serão dispensados em dezembro e contratados em fevereiro, de acordo com aulas disponíveis. Não assegurando, assim, o direito de receber até o início do ano letivo (meados de fevereiro). A dispensa traz como consequência, também, a não contagem de tempo de serviço de quase dois meses (final de dezembro até por volta de 10 de fevereiro). Numa conta rápida, de cada seis anos trabalhados, um professor ACT perde um ano de serviço. Sem dizer, dos prejuízos da perda do vínculo, pois o reatamento nos quadros do magistério provoca o não-pagamento de salários por quase cinco meses, como vem ocorrendo esse ano.

Como se vê, o governo determina esse decreto para economizar com o pagamento de salários, com a aposentadoria e se desfazer de uma parte significativa de professores, que não serão recontratados em função da estreita grade curricular, da municipalização e da manutenção do fechamento de salas e escolas ociosas no período noturno.

Porém, o que é preciso entender é que de nada valerá a luta unicamente para revogar esse tal decreto, embora seja monstruoso. É necessário que entendamos que este é apenas uma das medidas da reforma educacional do governo. Primeiro foi a divisão das escolas, a criação do Fundão, depois a municipalização

em várias cidades, em seguida o Plano de Carreira, a grade curricular e o ano que vem é a vez da reforma do ensino médio, com diminuição também da grade curricular. Por isso, a greve que se inicia tem de se posicionar claramente contra a totalidade da reforma do ensino, onde as medidas de demissões, de rebaixamento salarial e outras são consequências.

A reforma da educação que vem sendo imposta no Brasil segue as diretrizes do Banco Mundial, portanto, a política traçada para os países semicoloniais pelas potências imperialistas, particularmente os Estados Unidos. A sua essência é a desobrigação do Estado para com a educação pública e gratuita e, por isso, o seu espectro é a privatização do ensino superior e parte significativa do segundo grau. Para essa política, o Estado das semicolônias deve se livrar dos serviços públicos e manter o que há de mais elementar, na educação se materializa no ensino fundamental, prioritariamente as quatro séries iniciais. Com o disfarce de "descentralização", "participação das comunidades escolares", da "sociedade civil", "da modernização" etc, a reforma educacional é um dos elos da reforma mais geral que vem sendo imposta no país. Trata-se da chamada política neoliberal.

É por isso que dizemos que a greve não pode se atear apenas a apenas um dos aspectos dessa reforma que destrói a escola pública. Resumí-la a um decreto significa aceitar a essência da reforma ou lutar por revogar um ou outro aspecto dessa reforma privatista.

As posições da diretoria da Apeoesp diante do movimento

Até meados de abril, a diretoria combateu duramente as propostas de realização de assembléia, quando os professores foram submetidos à vergonhosa atribuição de aulas e as demissões corriam solto na rede. Basta que lembremos da violência desfechada sobre os professores que reivindicavam a realização de assembléia, que foi desde a contratação de "bate-paus" para retirar os opositores de dentro do sindicato até as perseguições judiciais.

Quando isso ocorria, o governo lançou a redução da grade curricular, demitiu 40 professores e, no final de abril, lançou o decreto de demissão dos ACTs. O descontentamento com a diretoria da Apeoesp começou a crescer, a tal ponto de 25 mil se desfiliarem por não acreditar nessa direção. A pressão foi intensa quando da publicação desse decreto, o que fez com que a diretoria se aproveitasse de um ato, já marcado anteriormente, pela CNTE, para tentar abrir uma negociação com o governo sobre a revogação do mesmo. O ato

reuniu mais de 15 mil professores e diante dessa multidão a diretoria ainda defendeu dar uma trégua para o governo até meados de maio. Porém, acabou-se deliberando esperar até 8 de maio. Como Covas não recebeu e a grande maioria dos deputados os ignorou, só restou para a diretoria a defesa da greve.

É importante frisar, que a proposta de greve da diretoria era e ainda é pela mudança da redação deste decreto. Só aceitou colocar na pauta de reivindicações as outras medidas devido à pressão dos grevistas. Por isso, tudo faz para que o governo abra as negociações. Na última assembléia (dia 14) defendeu a formação de uma comissão de deputados para intermediar essa busca de negociação. Ou seja, tudo indica que ao sinalizar essa negociação, a diretoria deixará os discursos inflamados contra o governo e a secretária e preparará as condições para a volta ao trabalho.

Superar as dificuldades da greve

O combate acirrado contra o método grevista e a defesa das "novas formas de luta", pela diretoria, fizeram um estrago grande na consciência de uma parte de professores que realizou greves radicais até 1993. Demover anos de retrocesso em apenas uma semana é difícil. Está aí por que alguns professores resistem à greve. Embora digam que são contra a reforma educacional do governo, estão desacreditados que é possível derrotá-lo através da greve. Como estão reticentes, esses professores acabam ficando expostos as intimidações dos delegados de ensino, diretores e mesmo da propaganda governamental contra a greve. O medo da perda do emprego tomou conta de uma parcela da classe, que preferem não lutar para correr o risco de perder o emprego antes de dezembro. Portanto, a campanha anti-greve desfechada pela diretoria, a truculência do governo para impor a reforma e o medo do desemprego agem impedindo que a grande totalidade da classe adira a greve.

Por outro lado, milhares e milhares de professores estão em greve (40% da categoria). E exigem que a outra parcela parem as aulas. Porém, os comandos de mobilização não têm sido suficientes para remover as pressões governamentais e o descrédito com a direção. Nesse sentido, é necessário que aproveemos os verdadeiros piquetes para que essa resistência seja debelada.

A vitória da greve depende de sua generalização e radicalização. Cabe levantar a camada de professores mais mobilizada contra o governo. É na sua radicalização e choque contra Covas que está a possibilidade de trazer o restante da classe para a luta.

Educação



**Reproduzimos abaixo material da Corrente Proletária na Educação
trabalhado na greve dos professores da rede estadual**

**Ganhar as ruas com grandes manifestações de
professores, funcionários, pais e alunos;
Ampliar os comandos de greve; Nenhum professor
em sala de aula;
Trabalhar pelos bloqueios de avenidas e estradas
em defesa do emprego e da escola pública;
Intensificar a campanha contra as informações
mentirosas de Covas/Rose Neubauer;
Lutar intransigentemente contra a Reforma
privatista do governo.**

Educação

A greve dá seus primeiros passos. E já ganhou adesão de boa parte do professorado. As razões da paralisação são inúmeras, desde o decreto que demite os ACTs no fim do ano letivo, até a redução da grade curricular, que pôs para fora milhares de professores e que colocará na rua, em 1999, outros milhares com a reforma no ensino médio. Porém, não podemos esquecer de que nada adianta o governo corrigir um decreto se se mantém a continuidade das medidas destruidoras da escola pública. Por isso, é importante que tenhamos como centro de nossa greve a luta contra essa reforma do ensino na sua totalidade.

Nessa primeira semana de greve, o governo já foi obrigado a investir contra o movimento. Para isso, foi à TV, às emissoras de rádio e jornais para tentar confundir a opinião pública. Mente quando diz que os professores entenderam errado o decreto. Mente quando fala que há escolas para todos. Mente quando mostra escolas funcionando. Enfim, mente para esconder os fatos: as escolas estão sucateadas; sem funcionários; com salas superlotadas; com professores cansados de correr de um lado para outro para fazer cadastro ou para ministrar pouquíssimas aulas; com educadores mal remunerados e submetidos a uma avalanche de papéis (fichas) para preencher, sem nenhuma utilidade pedagógica. Essa é a escola "com cara nova" do governo Covas. E é essa escola que queremos e precisamos de fato mudar.

A greve deve continuar. O governo não atendeu ainda nenhuma de nossas reivindicações. As ameaças não

podem abalar o movimento grevista. Para combatê-las, é preciso ampliar ao máximo a adesão dos professores. Isso porque a permanência em sala de aula, quando uma boa parcela já está em greve, significa apoiar as medidas destruidoras da escola pública e do emprego. Não aceitemos ser utilizados como massa de manobra de um governo submetido às diretrizes de uma reforma educacional ditada pelo Banco Mundial. Portanto, uma reforma a serviço da desobrigação do Estado para com o ensino gratuito em todos os níveis. Uma reforma que tem como centro a privatização da escola pública. É necessário, para isso, intensificar os comandos de greve e organizar as manifestações de rua.



Façamos de nossa greve um movimento ativo em defesa da escola pública, gratuita, autônoma, laica em todos os níveis e para toda a população.

Busquemos a unidade dos trabalhadores e alunos contra as medidas destruidoras do ensino e contra a totalidade das reformas que vêm sendo implantadas no país.

Convoquemos os demais sindicatos da educação, inclusive o Sinpeem, a entrar no movimento grevista.

Exijamos que a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) organize o movimento nacional grevista contra a reforma educacional do governo.

Nenhuma trégua ao governo! Só a greve pode barrar a ofensiva do governo contra a escola pública e os empregos.



A luta na USP contra a destruição do Ensino Público

Desde o início do ano letivo, ganharam importância os efeitos da tentativa do governo em aprofundar a pretensa reforma da educação. Esta é expressão das pressões do imperialismo: Banco Mundial, FMI, BID etc, para que se corte os gastos com a educação, limitando-a ao ensino fundamental, aumentando assim a participação do capital privado sobre o ensino médio e a privatização do ensino superior.

Os sérios problemas da falta de professores foram agravados com a corrida para se aposentar, devido às reformas da previdência, e a migração para as instituições privadas que pagam muito mais.

Na tentativa de minimizar o problema, a burocracia universitária, não podendo fazer a contratação dos professores devido ao corte de verbas das universidades, procurou instalar um sistema de matrículas, o sistema Júpiter, que restringisse as vagas nas disciplinas onde havia maior falta de professores, principalmente nas optativas (sendo que "davam o direito" da faculdade escolher o método de corte).

Aos calouros, tiraram o direito de escolherem as matérias que queriam fazer, enquadrando-os no "semestre ideal" e inclusive excluindo de escolherem o professor com quem gostariam de fazer a disciplina.

O resultado da implementação do sistema Júpiter foi, de um lado, uma grande maioria de estudantes não poderem fazer suas optativas. Alguns desses perderam o ano letivo, pois as disciplinas que sobraram não chegavam aos 12 créditos obrigatórios. De outro lado, tivemos uma explosão de salas superlotadas. O exemplo mais drástico foi o de Literatura Grega, na Letras, onde ficavam mais de 30 alunos sentados no corredor fora da sala de aula para assistirem a disciplina.

Mas mesmo o cerceamento de matrículas não conseguiu garantir a aparência de manutenção da normalidade do curso, como aconteceu na ECA (Escola de Comunicação e Artes), onde o curso de Publicidade, o mais procurado no último vestibular, chegou a ter aulas em apenas metade da semana, por



Lutas na USP: ou se unificam ou não serão capazes de arrancar as reivindicações. O maior problema é o isolamento imposto pela maioria das direções.

falta de professores.

Este estado de coisas fez com que se criasse na Letras um movimento pela contratação de professores e melhoria das condições de ensino. Com mobilizações importantes, este movimento começou a se expandir, se estendendo às demais unidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH - História, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais, além de Letras).

Há a necessidade de que este movimento extrapole as fronteiras da FFLCH e seja encampado por toda USP, pelo caráter geral de suas reivindicações. Mas vemos que existe uma barreira contra, vemos que a maioria do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e dos CAs (Centros Acadêmicos) se colocam contra a mobilização unificada dos estudantes. Os interesses eleitorais, as esperanças de negociatas com a burocracia universitária e a aversão à ação direta estudantil (que pode escapar ao controle burocrático) motivam essas direções.

Para o movimento atual da FFLCH existe apenas uma saída: ou ele radicaliza e se lança a encontrar apoio na base das outras faculdades, colocando-as em choque com as direções reformistas ou ligadas à reitoria, mostrando a necessidade de lutarmos como os companheiros das Federais, ou o isolamento levará o movimento a refluir. Isto deve ser feito logo, pois vemos que já no interior das direções dos CAs da FFLCH o desânimo começa a se instalar.

Não devemos deixar a luta esmorecer
Impulsionar o movimento para que ele se estender a toda USP e às universidades estaduais.

Unificar nossa luta com as das federais.

Balanço da Campanha dos 150 Anos do Manifesto

Como era de se esperar, o predomínio de posições revisionistas do marxismo e mesmo de anti-marxistas ditos de esquerda acabaram por dar a tônica reformista ao movimento. O ponto de vista de que a realidade mudou radicalmente desde quando foi escrito o Manifesto e de que não se poderia prender ortodoxamente ao texto teve uma enfática expressão nos debates.

Tais observações tão óbvias foram utilizadas para se negar a essência do Manifesto, ou seja, que este é o programa da revolução proletária. O que os defensores de uma tal de "refundação" do comunismo e de uma adaptação do marxismo às "novas condições do capitalismo" expuseram é que a estratégia da revolução proletária está superada. Defendê-la nos rigores do Manifesto seria ortodoxia, seria "contrariar o próprio pensamento de Marx e Engels".

Em poucos momentos, o verdadeiro sentido dessa colocação veio à tona, quase sempre esteve camuflado por citações esparsas e deslocadas do Manifesto. Mas não deixou de ser explicitado mediante a intervenção da militância porista. Os tais dos marxistas renovados e renovadores negam e combatem a estratégia de tomada do poder pela violência revolucionária, ou seja, a destruição do poder burguês através da luta de classes, que assume a forma de guerra civil na revolução. O programa de expropriação dos meios de produção através da luta de classes e sua transformação em propriedade coletiva dos meios de produção foi renegado, ora aberta ora veladamente.

Os antimarxistas ditos de esquerda entendem que o capitalismo triunfou contra os métodos da revolução, tomando por referência o processo restauracionista na ex-União Soviética e outras partes. E que, portanto, só resta aos explorados pressionar para melhorá-lo. Não faltou argumento em torno da "nova exclusão" e defesa da tal da "cidadania". A idéia acadêmica de "novos atores sociais", para combater a tese marxista do proletariado como classe revolucionária, esteve em voga. O sociologismo vulgar foi ostensivamente manejado.

Por outro lado, as deformações históricas compareceram frequentemente, principalmente quando se tratou da restauração capitalista em curso na

Rússia etc. Lênin foi responsabilizado pelo curso restauracionista e confundido com Stálin, a concepção bolchevique de partido foi condenada em função dos desvios estalinistas, a ditadura do proletariado acabou como sinônimo da ditadura burocrática do regime estalinista etc.

No fundo, os 150 anos foi utilizado para se combater a necessidade de se construir o partido leninista, cuja estratégia programática é a ditadura do proletariado e cuja concepção é do internacionalismo proletário. Assim, não teve nada de surpreendente as defesas democrático-burguesas do Estado, nacionalistas diante da tal da "globalização", pequeno buguesas frente à necessidade de organizar o proletariado, pacifistas quanto à luta de classes, estalinistas renovados diante da restauração etc.

Mas quem é afinal essa esquerda? São filoestalinistas, ex-maoístas, ex-foquistas encantados com as Farcas, zapatistas, e nacionalistas clericais. Cada um deu a tônica a algum aspecto da superação do Manifesto. No Ato final, a presença maciça de representantes do estalinismo, de ex-estalinistas, ex-maoístas, da burocracia sindical (representada por Vicentinho) e do reformismo petista (José Dirceu) mostrou bem a hegemonia dos antimarxistas na direção da campanha dos 150 anos.

Aparentemente, a presença do PSTU pareceu ser um fator diferencial. Mas Valério Arcary não tinha como defender o Manifesto como programa da revolução proletária, da estratégia da ditadura do proletariado.

Os revisionistas do trotskismo (é o que representa o PSTU) estão atados ao frentepopulismo e ao democratismo. Assim, não poderiam quebrar os discursos homogêneos antimarxistas. De tudo que foi pronunciado no Ato final, nada se identificou com a defesa da estratégia revolucionária do Manifesto. Não passaram de discursos embolorados, exautativos e comemorativos, totalmente divorciados do vigor revolucionário das idéias do Manifesto. Foi mais uma demonstração da falência da esquerda antimarxista, proveniente do estalinismo e do nacionalismo democratizante ou foquista.

O fato do POR ter sido impedido de se pronunciar, pois foi vetado pela Comissão Nacional organizadora, não o impossibilitou de intervir explicando, defendendo as premissas do Manifesto e rechaçando as colocações antimarxistas. Nos debates, a militância porista se esmerou em se contrapor aos argumentos farsantes e falaciosos. Elaborou posições por escrito. Publicou a Revista Socialismo Científico, nº 5, dedicada aos 150 Anos, onde se faz as críticas aos críticos do Manifesto etc. Através de um panfleto, o POR se pronunciou no Ato do Dia 2 de Maio, colocando a necessidade de formar o partido revolucionário no Brasil, voltado a constituir o partido mundial da IV Internacional. Defender o Manifesto é defender Os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e o Programa de Transição da IV Internacional. Fora dessa perspectiva e das tarefas concretas colocadas por ela, não é possível defender de fato o Manifesto como programa da revolução proletária.

Internacional



Indonésia: resposta das massas à crise capitalista

A mobilização estudantil e popular contra a elevação do custo de vida, o desemprego e o esmagamento salarial é a resposta à crise capitalista, que se manifesta no Sudeste Asiático. A oligarquia governamental de Sukarno Suharto pôs em andamento o plano do imperialismo para proteger os interesses do capital financeiro internacional. O resultado de tal política recai sobre as massas, já empobrecidas.

A luta de classes contida sob a base de brutal repressão (lembramos que o governo ditatorial de Suharto chegou ao poder, em 1965, com um golpe sangrento) já não pode ser controlada

pelo regime político em desagregação. As manifestações de rua estão sendo combatidas diretamente pelo exército. Já se estima em 20 mortos. Entretanto, é preciso uma repressão mais feroz e sanguinária para refluir o movimento. A crise do governo e as divisões internas entre os militares estão impossibilitando, pelo menos por enquanto, uma aventura genocida.

A bancarrota econômica da Indonésia provocou a desintegração do governo Suharto. As manifestações de ruas, saques e confronto com o exército ocorrem nesse contexto. A oposição burguesa prepara uma saída de emergência para Suharto e sua camarilha. O imperialismo, responsável pela sangria do país e pela sustentação da ditadura de Suharto, se movimenta no sentido da constituição de uma alternativa, que possa ludibriar os oprimidos e refluir o movimento dos trabalhadores.

A preocupação da burguesia nacional e do imperialismo é que o

movimento possa servir de exemplo para os outros países do sudeste asiático. A burocracia sindical da Coreia do Sul conseguiu frear o ímpeto da luta operária. Mas a possibilidade de retorno dos combates continua em pé, dado que as reformas pró-imperialistas sacrificam inevitavelmente o emprego e as condições de vida da maioria. O avanço das lutas na Indonésia poderá se constituir num rastilho de pólvora por toda região afetada pela crise.

Sem dúvida, a conflagração na Indonésia é instintiva. A falta do partido revolucionário é um obstáculo para o proletariado, camponeses e demais trabalhadores levantarem um programa de destruição do poder burguês e de expulsão do imperialismo. Por outro lado, os combates colocarão para o proletariado a necessidade de se constituir o partido revolucionário. Esta é uma tarefa do internacionalismo revolucionário.

Internacional



Indonésia: as massas famintas saqueiam lojas e shoppings, enfrentando a polícia para poderem comer. Falta a direção revolucionária, capaz de orientar a luta rumo à tomada do poder.

Crise e desemprego no Japão

O Japão apresentou o maior índice de desemprego, verificado depois da Segunda Guerra Mundial. Os índices de 3,6% de desemprego no mês de fevereiro e o seu crescimento para 3,9% em março mostram que são os maiores desde que começaram a ser registrados em 1953. Além dos altos índices, os dados apontam para as quedas nas vendas do varejo, quedas na produção industrial (as indústrias reduziram a produção em 1,9% só em março), queda nas Bolsas, ou seja, no mercado acionário.

É importante ressaltar que o desemprego japonês atingiu 740 mil trabalhadores no mês de março. Isto é, 190 mil a mais do que em fevereiro. Este se concentra na faixa etária entre 15 e 24 anos e entre os mais velhos 55 e 64 anos. O fechamento de 650 mil postos de trabalho no setor industrial e a redução de 270 mil empregos na construção civil por si só mostram o abalo que vem sofrendo a economia japonesa.

O governo japonês preparou um pacote de medidas para reanimar ou pelo menos amenizar os efeitos da crise econômica. O ministro das finanças disse: "Este governo não está paralisado. Em primeiro lugar, estabilizou o sistema financeiro com uma injeção de 227 bilhões de dólares (30 trilhões de iens). Forneceu um estímulo de 128 bilhões de dólares (16 trilhões de iens) para a economia (a partir de junho)".

A crise que assola a segunda maior potência econômica ainda não teve maiores conseqüências porque esta tem acumulado uma extraordinária massa financeira na qual o governo se apóia para retardar o processo de desintegração. Entretanto, as tendências recessivas, que persistem há anos e que estão se convertendo em quebras industriais e comerciais, atingem o capital financeiro, conduzindo à bancarrota de grandes bancos e financiados.

ras. O fato do Japão extrair riquezas do mundo inteiro, ter o maior superavit comercial e ser um dos grandes financiadores da dívida pública norte-americana não tem podido livrá-lo da quebra. Justamente por ocupar esse lugar na economia mundial capitalista é que comparece como um dos elos mais potentes da crise.

Não se trata de um acontecimento isolado. É parte da crise estrutural do capitalismo. O mercado mundial já não pode assimilar a potente capacidade produtiva. E a gigantesca massa de capital financeiro que gira nas bolsas de valores se encontra ameaçada, por um lado por quebras industriais e comerciais e, por outro, porque não pode continuar sendo valorizada pela ciranda especulativa. A luta interimperialista que favorece os Estados Unidos se encarregará de aprofundar ainda mais a desintegração japonesa. Entretanto, um abalo mais amplo na economia do Japão repercutirá em grande escala sobre todo o mundo.

Quebra de forças produtivas e desemprego crescente são dois sintomas da crise de superprodução que afetam o capitalismo em todo o globo. Não é por acaso que por todos os cantos a classe operária e demais trabalhadores se vêem empurrados para o empobrecimento contínuo, quando não para a miséria absoluta. O tormento do desemprego no Japão, que aparecia como exemplo de estabilidade, está apenas começando. A luta revolucionária contra o capitalismo será impulsionada por estas condições.

Internacional



50 anos do Estado de Israel

As manifestações dos palestinos, por ocasião dos 50 anos do Estado de Israel, resultaram em nove mortos e centenas de feridos. O exército israelense atirou contra os manifestantes, na faixa de Gaza e Cisjordânia. Trata-se de mais um episódio da guerra entre o Estado Israelense, imposto em 1948, logo no pós-guerra pelas potências imperialistas. A maioria palestina, desalojada de sua região, é mantida confinada através de uma extraordinária máquina de guerra, construída com o

apoio dos Estados Unidos.

A constituição nacional dos palestinos depende da derrocada do enclave imperialista, que é o Estado de Israel. Eis por que as forças da reação mantêm uma guerra permanente contra as massas populares. O internacionalismo proletário se coloca do lado das massas palestinas oprimidas e defende a constituição de seu Estado nacional, em detrimento do artificioso Estado de Israel.

Direito da Índia realizar seu teste nuclear

A reação do imperialismo, comandada pelos Estados Unidos, contra o teste nuclear da Índia não traz novidade. As potências querem manter o monopólio dos armamentos letais. Faz parte de seu domínio econômico do mundo.

O tratado internacional de não proliferação de armas nucleares é uma exigência das potências para com as semicolônias. Lembramos que há pouco tempo a França realizou suas simulações nucleares, demonstrando a validade de suas armas mortíferas. Os protestos das demais potências não passaram de aparência para sustentar o tal do tratado. É em nome do desarmamento e da paz que os Estados Unidos mantêm o Iraque sob intervenção. A intenção, agora, de reprimir a Índia deve ser

também rechaçada. Defendamos o direito dos testes nucleares nos países semicoloniais.

O armamento mundial, os conflitos bélicos em curso e as tendências à guerra são produtos do capitalismo em decomposição. Não será com as potências se armando cada vez mais e bloqueando o armamento dos países capitalistas semicoloniais que se eliminarão os riscos nucleares. Somente a revolução mundial socialista poderá dar a solução real à opressão de uma nação sobre outra e, enfim, aos perigos da guerra.

Abaixo as pressões do imperialismo

Fim dos embargos comerciais à Índia

Que os hindus decidam livremente sobre seu armamento

FRENTE POPULAR E COMITÊS DE AÇÃO

O texto abaixo foi escrito por Trotsky em 26 de novembro de 1935. Naquela situação, gestava-se na França a Frente Popular, tão nefasta para a luta das massas. É interessante notar como Trotsky opõe-se a alimentar qualquer ilusão no reformismo e critica aqueles que o fazem. Embora haja uma série de diferenças entre aquela situação e a atual no Brasil, algumas semelhanças merecem ser destacadas: o reformismo jogava um papel de freio às lutas e havia correntes que julgavam a unidade com o reformismo uma premissa válida para qualquer situação. O que diria Trotsky da política dos pseudo-trotskistas, que insistem em implorar por uma frente com o reformismo mesmo quando ele joga um papel de freio às lutas, como agora?

Internacional

A 'Frente Popular' é uma aliança do proletariado com a burguesia imperialista, representada pelo partido radical, e outros despojos da mesma espécie e menor envergadura. Esta aliança se estende ao terreno parlamentar. Em ambos os terrenos, o partido radical, que conserva toda a sua liberdade de ação, limita brutalmente a liberdade de ação do proletariado.

O próprio partido radical se encontra em processo de decomposição: cada nova eleição mostra que os eleitores o abandonam, à direita e à esquerda. Os partidos socialista e comunista — na falta de um partido verdadeiramente revolucionário —, ao contrário, se tornam mais fortes. A tendência geral das massas trabalhadoras, incluídas as massas pequeno-burguesas, é evidente: *para a esquerda*. A orientação dos chefes dos partidos operários não é menos evidente: *para a direita*.

Enquanto as massas mostram, por seu voto e por sua luta, que querem derrubar o partido radical, os chefes da Frente Única, ao contrário, aspiram a salvá-lo. Depois de ganhar a confiança das massas operárias com base num programa "socialista", os chefes dos partidos operários cedem voluntariamente a parte do leão desta confiança aos radicais, nos quais a massa não tem confiança alguma.

A Frente Popular, em sua forma atual, espeznha não somente a democracia proletária, mas também a democracia formal, burguesa. A maioria dos eleitores ra-

dicais não participa da luta dos trabalhadores nem, conseqüentemente, da Frente Popular. No entanto, o partido radical ocupa nesta Frente uma posição não apenas igual à dos outros, mas privilegiada; os operários são obrigados a limitar sua atividade segundo o programa do partido radical. Esta idéia é colocada em prática despreocupadamente pelos cínicos de *L'Humanité*. As últimas eleições de senadores revelam com clareza a situação *privilegiada* dos radicais na Frente Popular. Os chefes do Partido Comunista se vangloriam abertamente de ter renunciado a algumas cadeiras que pertenciam de pleno direito aos operários em favor dos partidos não-proletários. Isso significa simplesmente que a Frente Única restabeleceu parcialmente, em favor da burguesia, o censo eleitoral baseado na fortuna.

(...)

As greves, as manifestações, as escaramuças de rua, as revoltas abertas são inevitáveis na situação atual. A tarefa do partido proletário consiste, não em frear e paralisar esses movimentos, mas em unificá-los e dar-lhes o máximo possível de vigor.

Os reformistas, e sobretudo os stalinistas, temem os radicais. O aparato da Frente única desempenha conscientemente o papel de desorganizar sistematicamente os movimentos espontâneos das massas. E os 'esquerdistas', do tipo de Marceau Pivert, não fazem senão proteger esse aparato da cólera das massas. Não se pode sair dessa situação senão ajudando as massas em luta, no processo da própria luta, a criar um novo aparato que responda às necessidades do momento. Nisto precisamente reside a função dos comitês de ação.

(...)

Tarefas como a criação da *milícia operária*, o *armamento dos operários*, a preparação da *greve geral*, ficarão no papel, se a própria massa não se entregar à luta por meio de seus órgãos responsáveis. Somente esses comitês de ação nascidos da luta podem assegurar a verdadeira milícia, contando não com milhares, mas com dezenas de milhares de combatentes. Somente os comitês de ação, abrangendo os principais centros do país, poderão escolher o momento de passar para métodos mais decididos de luta, cuja direção lhes pertencerá de pleno direito.

Das considerações feitas acima se tira uma série de conclusões para a atividade política dos revolucionários proletários na França. A primeira delas diz respeito à pretensa 'esquerda revolucionária'. Este agrupamento está caracterizado por uma total incompreensão das leis do movimento de massas. Os centristas tagarelam lindamente sobre as 'massas', mas se orientam sempre para o aparato reformista. Repetindo esta ou aquela palavra de ordem revolucionária, Marceau Pivert continua a subordiná-las ao princípio abstrato da 'unidade orgânica' que, na prática, se revela ser a unidade com os patriotas contra os revolucionários.

Enquanto para as massas revolucionárias a questão de vida ou morte é quebrar a resistência dos aparatos social-patriotas unidos, os centristas de esquerda consideram a 'unidade' desses aparatos um bem absoluto, acima dos interesses da luta revolucionária. Não pode construir os comitês de ação senão aquele que compreendeu até o fim a necessidade de se *liberar as massas da direção traidora dos social-patriotas*. É claro que Pivert se agarra a Zyromski, que se agarra a Blum, que junto com Thorez se agarra a Herriot, que se agarra a Laval. Pivert entra no sistema da Frente Popular — não é à toa que a 'esquerda revolucionária' votou no último Conselho Nacional pela vergonhosa resolução de Blum - e a Frente Popular entra também, como sua 'ala', no regime bonapartista de Laval. Se a direção da Frente Popular (Herriot-Blum-Cachin-Thorez-Zyromski-Pivert) conseguir manter-se durante o próximo período decisivo, então o regime bonapartista, inevitavelmente, dará lugar ao fascismo.

A condição da vitória do proletariado é a *liquidação da direção atual* A palavra de ordem 'unidade' se converte, nessas condições, não em uma estupidez, mas em um crime. *Nenhuma unidade com os agentes do imperialismo francês e da Sociedade das Nações*. A sua pérfida direção é preciso opor os comitês de ação revolucionários. Não é possível construir esses comitês a não ser desmascarando implacavelmente a política anti-revolucionária da pretensa 'esquerda revolucionária', com Marceau Pivert à frente. As ilusões e dúvidas a esse respeito, evidentemente, não podem ter lugar em nossas fileiras.

